



DEPARTAMENTO DE
COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA

SEMINÁRIO

PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA NOS PRÓXIMOS ANOS

José Ricardo Roriz Coelho

Vice-Presidente da FIESP

Diretor Titular do DECOMTEC

19 de setembro de 2016

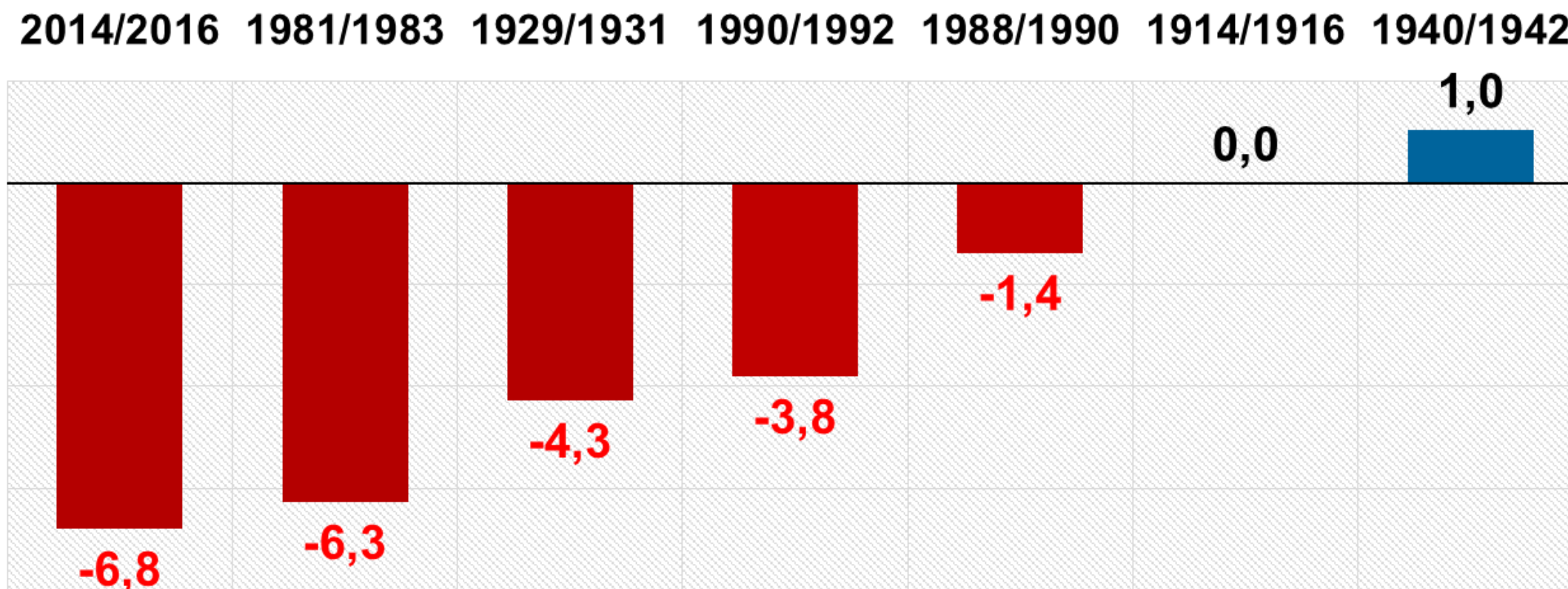
1**Contexto****2****Cenário p/ economia “SE TUDO FICAR COMO ESTÁ”****3****Cenário para a economia COM AS REFORMAS****4****Perspectivas para a indústria**

1**Contexto****2****Cenário para a economia “se tudo ficar como está”****3****Cenário para a economia com as reformas****4****Perspectivas para a indústria**

A economia brasileira atravessa o pior triênio em mais de um século

PIB em 2014/15/16: queda de **-6,8%** (sendo¹ **-3,2%** em 2016)

PIB: piores triênios entre 1901 e 2016 - taxa de crescimento trienal (%)



A crise: a raiz é o descontrole fiscal

**Irresponsabilidade
fiscal**

Resultado primário do Governo Federal:
2013: 1,4% do PIB → 2016: -2,7% do PIB

**Juros elevados
e dívida
disparando**

Dívida Bruta:
2013: 51,7% do PIB → Jul./2016 = 69,5% do PIB
1 p.p. de aumento Selic = 0,35% do PIB em juros

Inflação

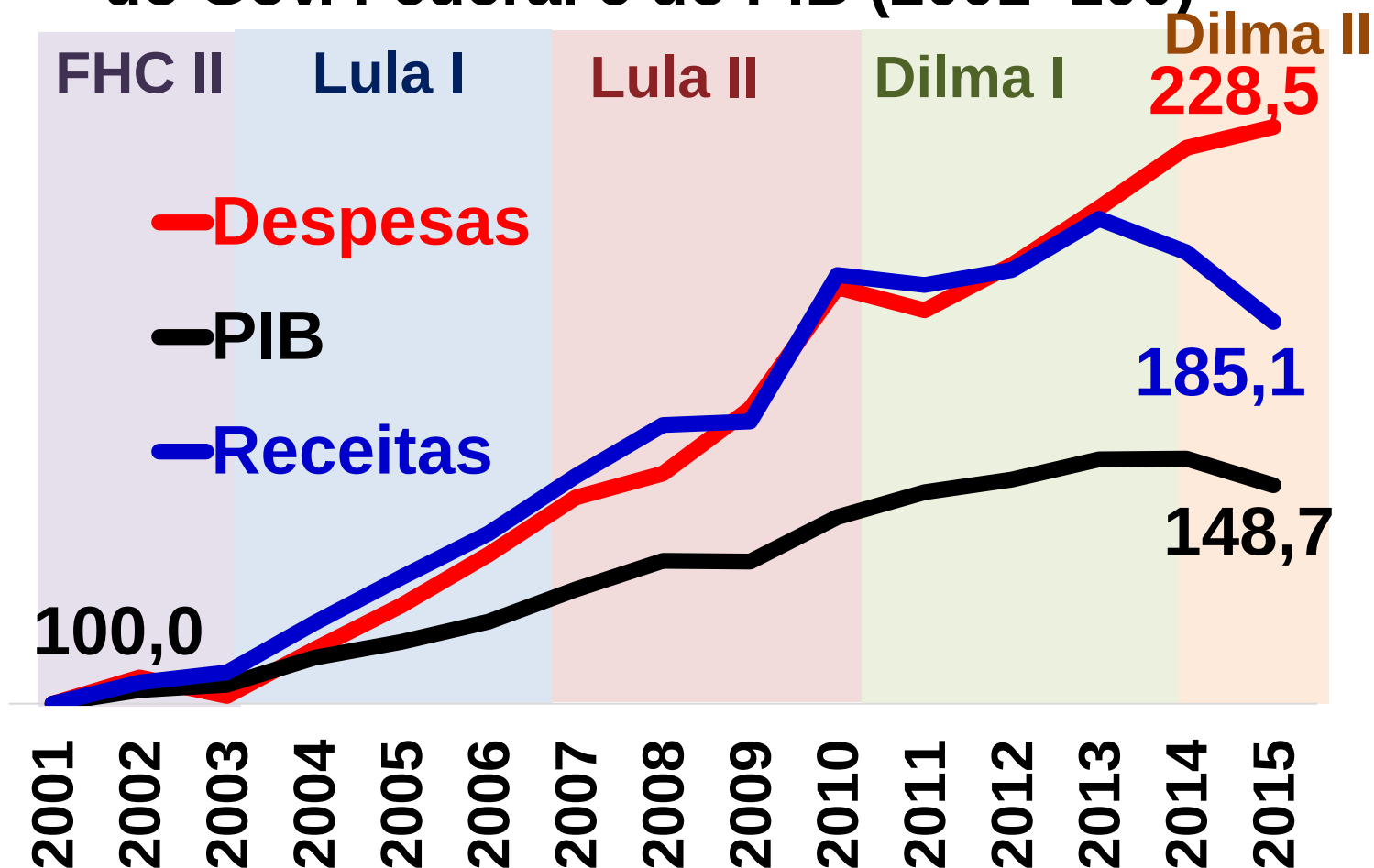
2013: 5,9% → 2016: 8,7% nos 12 meses
encerrados em julho

Desemprego

Junho/2013 = 7,4% → Junho/2016 = **11,3%**

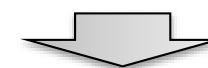
Até recentemente a conta do descontrole do gasto “fechava” com aumento nas receitas

Evolução Real: Despesas e Receitas do Gov. Federal e do PIB (2001=100)



Crescimento real 2001 a 2015:

PIB	+ 48,7%
Despesas	+128,5%
Receitas	+ 85,1%



**Carga Tributária
no limite**

O gasto público é “rígido”

❑ Atualmente, 90% das despesas do governo federal são obrigatórias:

- ✓ Previdência: 41% do total
- ✓ Funcionalismo: 21% do total
- ✓ Saúde e educação: 15% do total
- ✓ Outras despesas obrigatórias: 13% do total

❑ Estas despesas foram responsáveis por **81% do aumento das despesas totais de 2001 a 2015.**

Diante desse quadro, quais os possíveis cenários?

1

Contexto

2

Cenário p/ economia “SE TUDO FICAR COMO ESTÁ”

3

Cenário para a economia com as reformas

4

Perspectivas para a indústria

O que esperar nos próximos dez anos se não houver alteração na estrutura do gasto?

- ☐ Mesmo com aumento da **carga tributária** para **44,5% do PIB**, o **resultado primário** ainda seria ruim: **-0,1% do PIB**
- ☐ **Taxa básica de juros (real)** de **10% a.a.**
- ☐ **Dívida pública bruta** de **167% do PIB**
- ☐ Uma década sem crescimento do **PIB**
- ☐ Taxa de **desemprego** de **17%**

1

Contexto

2

Cenário para a economia “se tudo ficar como está”

3

Cenário para a economia COM REFORMAS

4

Perspectivas para a indústria

O cenário com crescimento econômico deve ter:

- ☐ Cortes de gasto de curto prazo
- ☐ Reforma da Previdência
- ☐ Regra para teto dos gastos (PEC)
- ☐ Redução dos juros

1. Cortar gastos no curto prazo

2016

É possível reduzir déficit primário em R\$ 30 bilhões (de -R\$ 170,5 p/ -R\$ 140,5 bilhões), se for mantido o ritmo de gastos de jan/jul, o que requer:



☐ Funcionalismo

Coibir reajustes – o já concedido foi equivocado, teve custo de 0,4% do PIB



☐ Despesas Discricionárias

Ampliar cortes, pois no 1º sem./2016 sobre 1º sem./2015 foi cortado -5,7% e a previsão era de -8,5%



☐ Outros gastos obrigatórios

Controlar crescimento, tal como no 1º sem./2016 sobre 1º sem./2015, que foi 3,8%, vs. previsão de 9,6%

1. Cortar gastos no curto prazo

- 2017** □ A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê:
- ✓ Déficit primário de R\$ **-139,0** bilhões (**-2,0%** do PIB)
 - ✓ Gastos de R\$ 1,316 trilhão, R\$ 15,3 bilhões (**1,1%**) **abaixo do teto da PEC** que ainda será votada, por isso:
 - É preciso negociar para **conter emendas** à Lei Orçamentária Anual que elevem as despesas
- **OBS: Venda de estatais e concessões**
- ✓ Lei Orçamentária prevê 0,5% do PIB com venda de estatais e concessões, que pode contribuir com o esforço fiscal de curto prazo, mas **não substitui os cortes de gastos**

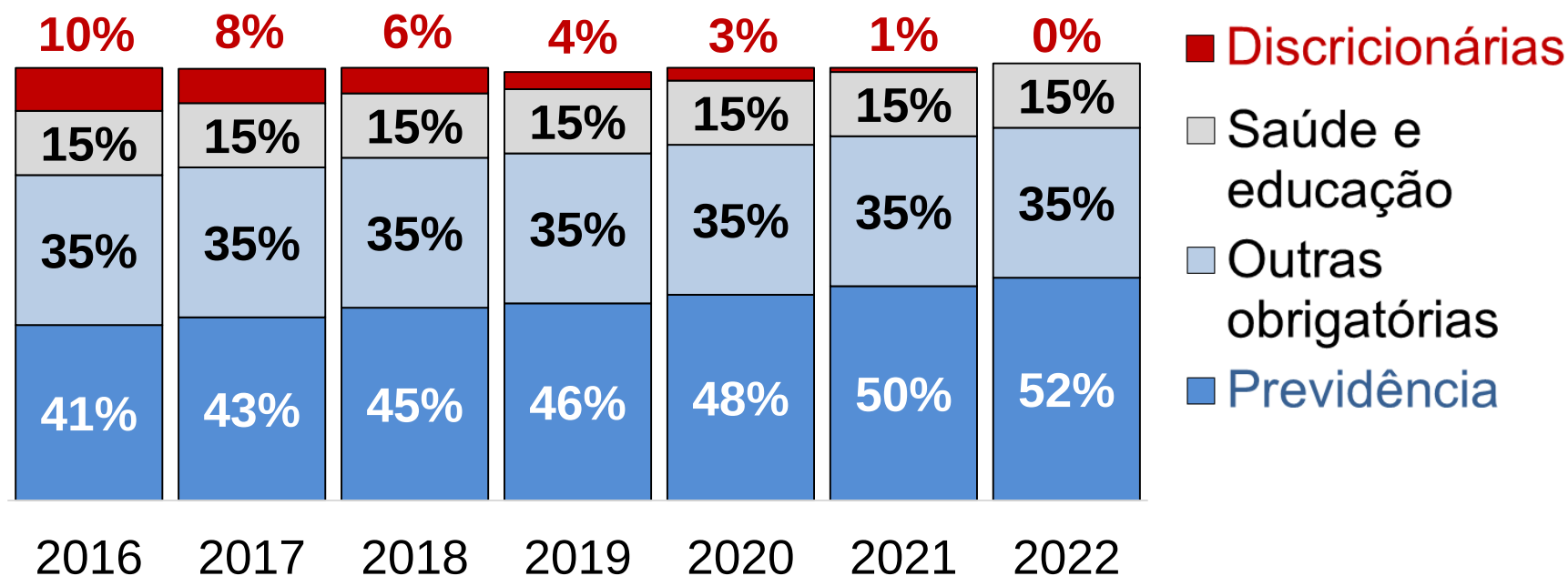
Apenas esse corte de gastos de curto prazo é insuficiente: a tendência dos gastos é continuar crescendo

2. Aprovar a PEC nº 241/2016 sem alterar texto original

- ❑ **A PEC fixa uma regra de teto dos gastos federais:**
correção pela inflação do ano anterior, ou seja, determina crescimento real zero
- ❑ **A PEC é necessária, mas não é suficiente para o ajuste fiscal:**
 - ✓ **Mesmo com o teto para crescimento das despesas totais, as despesas obrigatórias continuarão crescendo**
 - ✓ **A despesa que mais cresce é a Previdência**

3. Aprovar Reforma da Previdência com período de transição não muito longo

Despesas do governo federal: projeção sem reforma da Previdência



Mesmo com aprovação da PEC, entre 2016 e 2022, a Previdência passará de 41% para 52% do total da Despesa, pressionando as despesas discricionárias

4. Taxa de juros

4.1) Redução no curto prazo

Mesmo antes das reformas, é preciso **reduzir a taxa básica de juros**, que se encontra em nível excessivamente elevado:

❑ **Jan/2016:** inflação = 10,7%, Selic = 14,25% a.a.

❑ **Jul/2016:** inflação = 8,7%, Selic = 14,25% a.a.

✓ **Ou seja, a Selic real aumentou de 3,5% para 5,5% em 6 meses**

❑ Segundo o relatório do Banco Central de expectativas de mercado FOCUS, no final de 2017:

✓ Inflação = 5,1%, Selic = 11,00%, portanto juro real de **5,9%**

✓ Se as previsões de mercado se confirmarem, juro real vai continuar subindo até final de 2017!

4. Taxa de juros

4.1) Redução no curto prazo

Proposta

- ❑ Juro real médio em 2016 (até agosto) foi de 4,0%, que já é ligeiramente acima da paridade (juro real EUA + “risco” Brasil)
- ❑ Caso as expectativas de inflação se confirmem, para manter juro real em 4%, **CORTAR SELIC EM:**
 - ✓ **3,0 p.p. em 2016**
 - ✓ **1,75 p.p. em 2017:** a Selic atingiria 11,25% em dez/2016 e 9,5% em dez/2017

Somente com a redução dos juros poderá haver recuperação da atividade econômica e da arrecadação tributária, que é condição fundamental para o ajuste fiscal

4. Taxa de juros

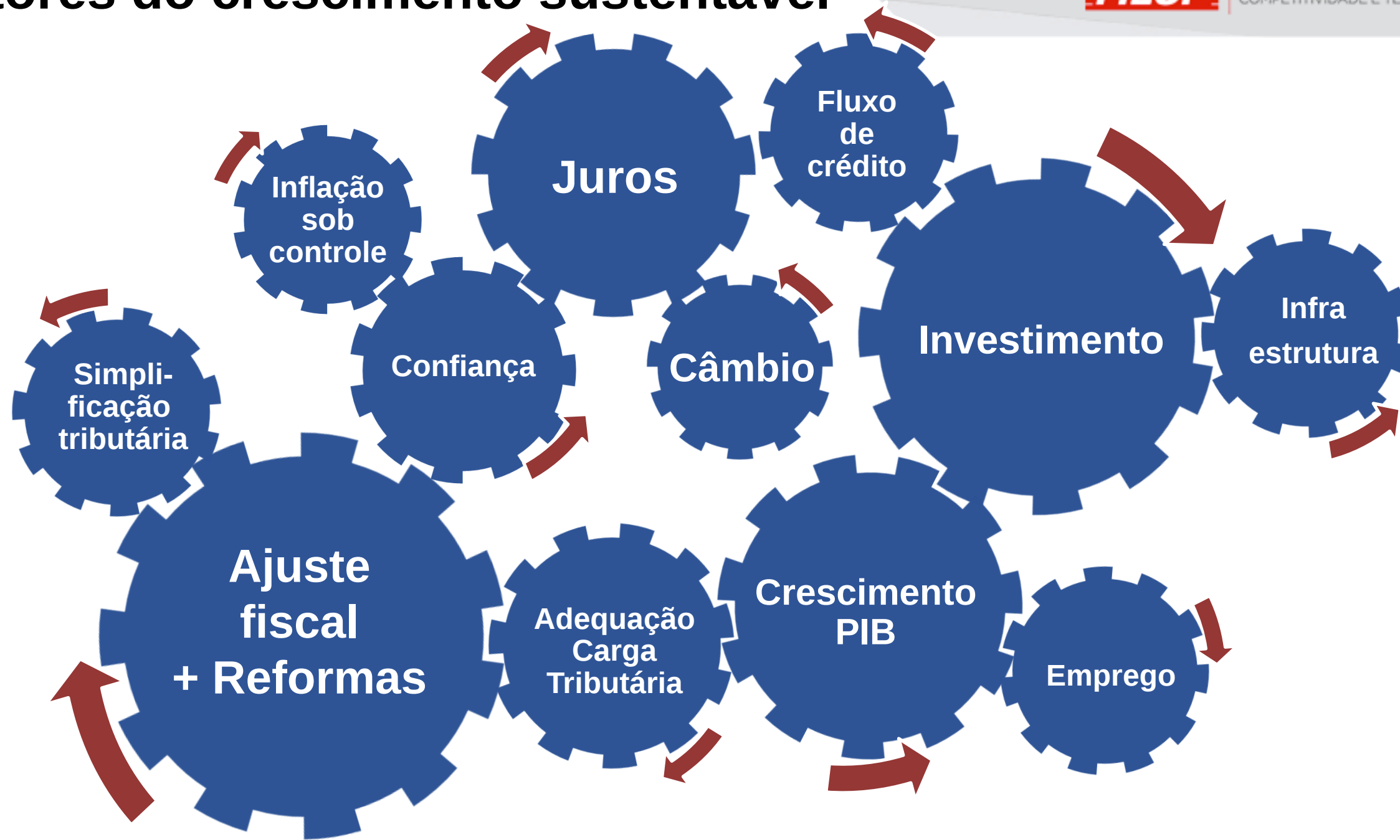
4.2) Redução no médio e longo prazo

Em conjunto, os ajustes propostos na área fiscal:

- ☐ Corte de gastos de curto prazo
- ☐ Aprovação da PEC do teto do gasto
- ☐ Aprovação da reforma da Previdência...

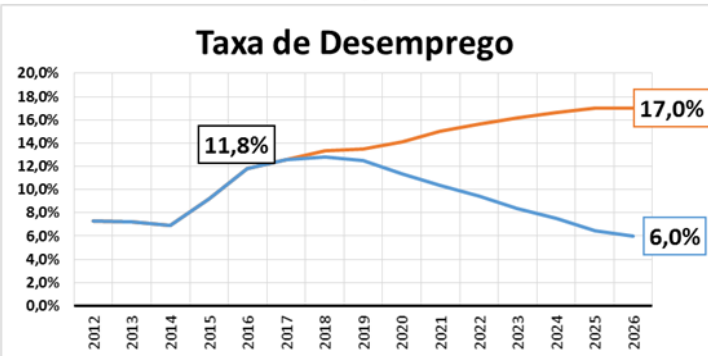
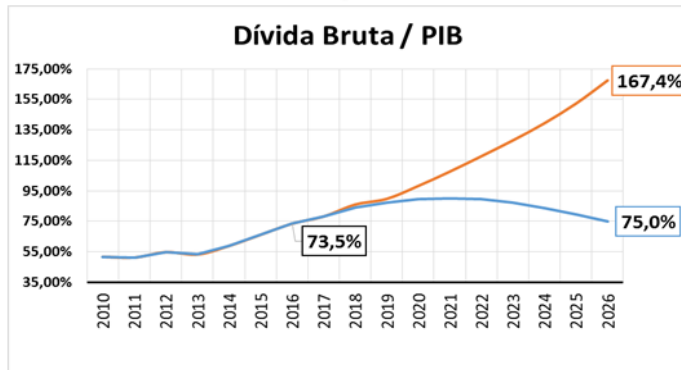
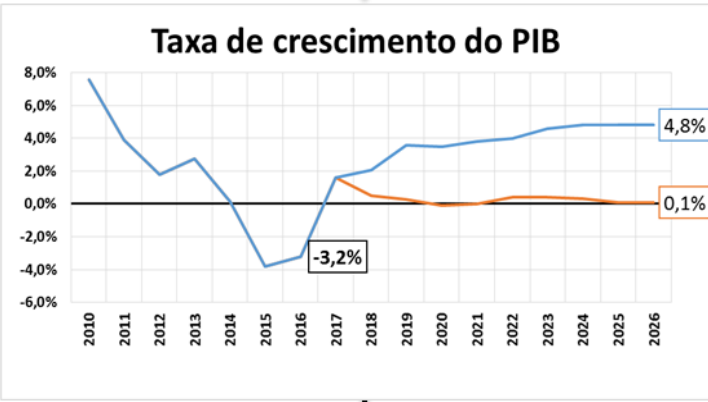
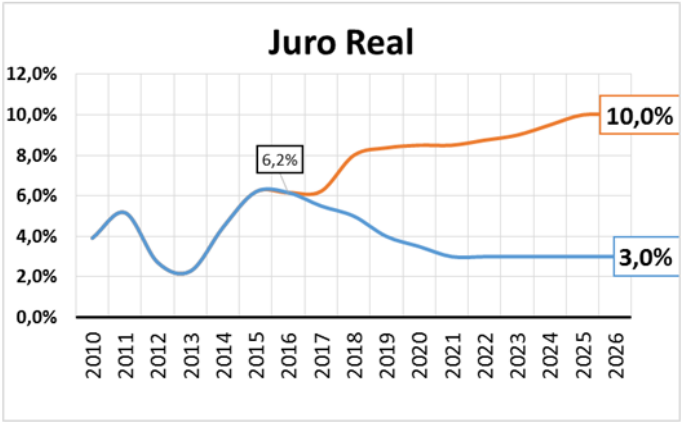
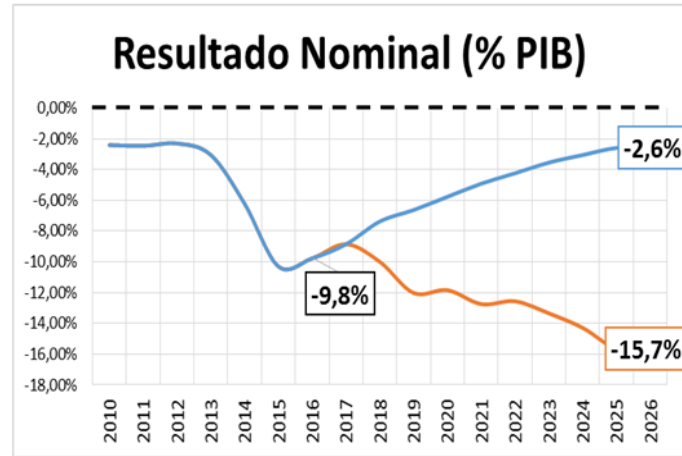
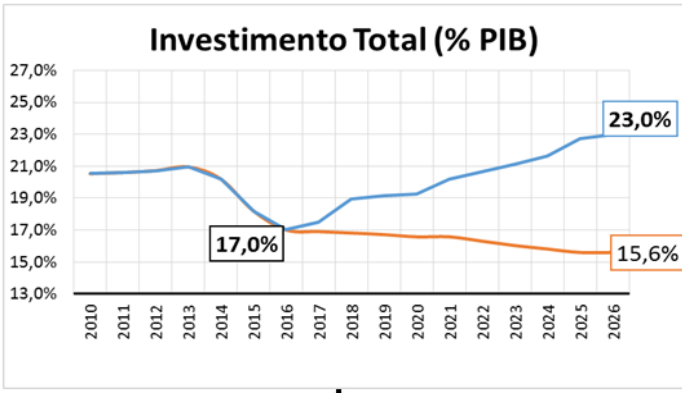
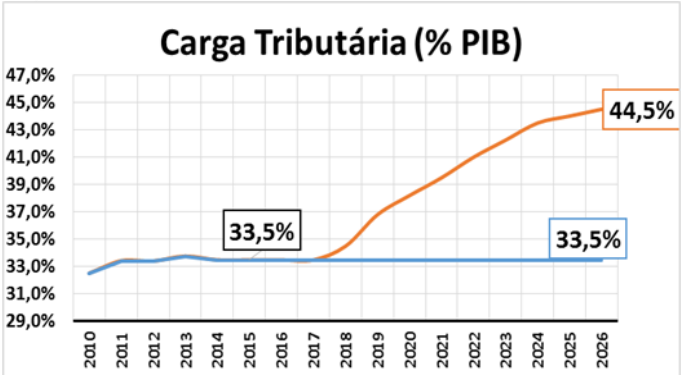
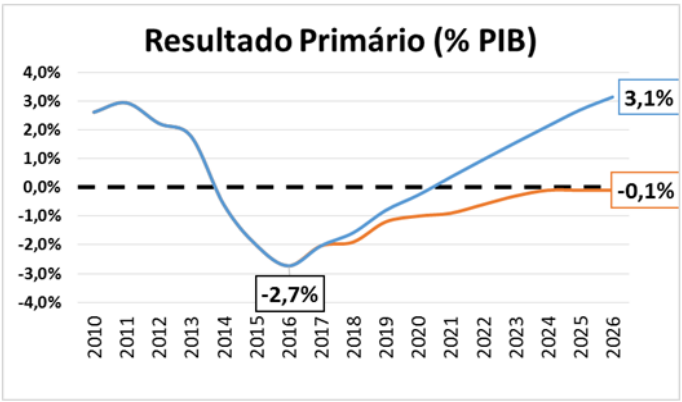
... proporcionarão a confiança necessária para uma queda mais acentuada da taxa Selic, permitindo que nossa taxa de juros convirja para o nível compatível com os juros dos demais países em desenvolvimento

Vetores do crescimento sustentável



Cenário para a economia em 10 anos: com e sem reformas

Com Reformas Sem Reformas



1

Contexto

2

Cenário para a economia “se tudo ficar como está”

3

Cenário para a economia com as reformas

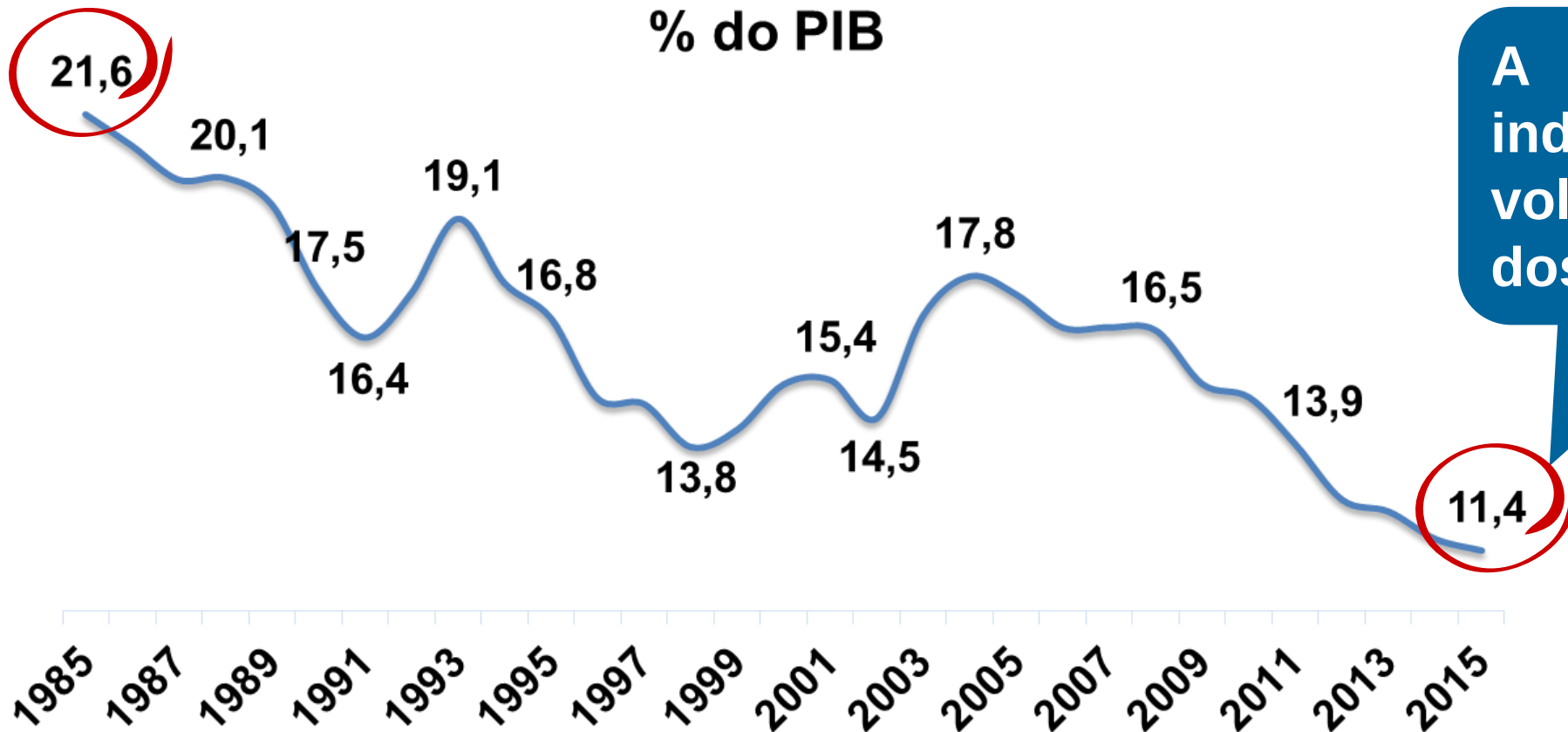
4

Perspectivas para a indústria

O ambiente econômico atual é o principal determinante do Custo Brasil e da sobrevalorização do câmbio, que são responsáveis pela desindustrialização

- 10,2 p.p.de queda da participação da indústria no PIB de 1985 a 2015.

**Indústria de Transformação
% do PIB**



A participação da indústria no PIB voltou ao patamar dos anos 1940.

Causas da desindustrialização

O Custo Brasil e o Desalinhamento Cambial são responsáveis pela desindustrialização, pois geram um diferencial de preços desfavorável ao produto industrializado nacional.

30,1% de diferencial de preços entre o produto nacional e o importado, o que inclui o Custo Brasil e sobrevalorização cambial.

Fonte: DECOMTEC/FIESP.

1 Os Principais Parceiros Comerciais são 15 países que respondem por 75% das importações brasileiras de produtos industrializados: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão, México, Reino Unido e Suíça.

2. Compreende os Custos de Importação (Imposto de Importação, fretes e seguros), e a diferença entre o cálculo da tributação indireta (ICMS, IPI e PIS/COFINS), que provém de fórmulas distintas de apuração dos tributos entre o produto industrializado no país e o importado e, também, de suas diferentes bases de cálculo.

Diferencial de Preços – Brasil e Principais Parceiros¹ Comerciais 2008 a 2015

	% do preço
1 Custo Brasil	25,2
1.1 Tributação: Carga e Burocracia	13,7
1.2 Juros sobre Capital de Giro	5,8
1.3 Energia e matérias primas	3,2
1.4 Infraestrutura Logística	1,5
1.5 Custos extras de serviços a funcionários	0,7
1.6 Serviços non tradables	0,3
2 Desalinhamento Cambial	10,7
3 Outros componentes²	-5,9
TOTAL	30,1

Custo Brasil e o câmbio sobrevalorizado causaram:

Reduzida margem de lucro e rentabilidade, diminuindo investimentos e travando o crescimento da produtividade industrial...

Rentabilidade líquida acumulada 2008 a 2015



Retorno na Indústria

50,5%



Retorno Renda Fixa

106,8%

R\$ 1.067,6

milhões

R\$ 504,7
milhões



Investimento
R\$ 1 bilhão



Investimento
R\$ 1 bilhão

De 2008 a 2015, 56,3 p.p.
a mais de ganhos em
Renda Fixa do que em
investimentos na
indústria

A desindustrialização afetou a produtividade da economia brasileira como um todo

- ❑ A indústria é o setor mais produtivo da economia: 20,5% maior que a média da economia
- ❑ A desindustrialização fez com que a produtividade da economia brasileira se distanciasse da produtividade da dos EUA

	1950	1980	1985	2015
Participação da Indústria no PIB (%)	11,6	20,2	21,6	11,4
Produtividade da economia Brasil/EUA (%)	25	40	32	25

Não existe crescimento da produtividade sem crescimento da indústria

A indústria é a etapa das cadeias produtivas em que se gera mais valor, salários, produtividade e tributos

Cada 1 kg. de produção de café em grão gera R\$ 1,32 de tributo

Com mesma quantidade de produto, obtém-se maior arrecadação tributária. No exemplo, a arrecadação na produção de café em cápsula é **97 vezes maior** do que com a produção de café em grão.

Cada 1 kg. de produção de café em cápsula gera R\$ 128,67 de tributos

Café em cápsula (expresso)
R\$ 329,0 / kg
(R\$ 1,81/cápsula c/ 5,5 gr. de pó de café)

Café em Grão (café verde tipo 6)
Finos a Extra-finos
R\$ 8,6 / Kg.

**Valor adicionado
aumenta 37
vezes**

+ Tributo
+ Emprego
+ Salários
+ P&D
+ Tecnologia
+ Investimento



Preço por Kg.



Notas: valores de referência de mercado. Saca café fino e extra-fino 60 Kg. mercado físico Santos em 19/05/2016
Cápsulas café: site Nespresso e Nescafé Dolce Gusto em 20/05/2016.
Carga tributária estudo Decomtec/FIESP: produto da agropecuária = 15,4%, produto industrial = 39,1%

Além das reformas, é necessário ter uma Política Industrial como política de Estado porque a indústria:

- ❑ Cada 1% de crescimento industrial gera 1,1% de crescimento da economia
- ❑ Detém a maior massa salarial dentre os setores privados
- ❑ Tem o maior número de empregos acima de 5 salários mínimos, que é o salário médio de entrada das economias desenvolvidas
- ❑ Realiza 70% do P&D e 77% da inovação
- ❑ Realiza 30% do investimento produtivo do setor privado
- ❑ Responde por 12% do PIB, mas gera 30% da arrecadação de tributos

Se os Estados Unidos e a União Europeia utilizam Política Industrial, inclusive para acelerar o desenvolvimento da Indústria 4.0/Manufatura Avançada, o que estamos esperando?

❑ Essa é a avaliação da FIESP para a retomada do crescimento econômico.

❑ Neste seminário, os palestrantes vão aprofundar os temas. Nos três painéis, teremos a contribuição de empresários, especialistas, acadêmicos e representantes do Governo.

Bom seminário a todos!

José Ricardo Roriz Coelho

Vice-Presidente da FIESP

Diretor Titular do Departamento de Competitividade e tecnologia – DECOMTEC

cdecomtec@fiesp.com.br